

O SILÊNCIO E A VESSO DO DISCURSO: DA ESCRITA PARA A FALA?

 <https://doi.org/10.56238/sevened2025.001-028>

Daniela Moura Queiroz

Mestre

Instituição acadêmica: Universidade Católica de Pernambuco

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Doutora

Instituição acadêmica: Universidade Católica de Pernambuco

RESUMO

A Análise do Discurso materialista francesa, segundo Michel Pêcheux (AD), tem grande importância, porque vai além da mera interpretação de palavras ou frases, ou seja, é uma abordagem teórica e metodológica que examina a linguagem e os discursos em seus contextos sociais, políticos e culturais. Sabe-se que a fala e a escrita em sala de aula são duas formas essenciais de comunicação e expressão que desempenham papéis complementares no processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, na dinâmica educacional, este trabalho tem como objetivo analisar o silêncio e o avesso do discurso na fala e na escrita. O tipo de pesquisa é analítico, de metodologia qualitativa, com o método da AD e o corpus selecionado foi “um relato de caso”, que se fundamenta na compreensão de que o discurso é uma prática social e ideológica, imersa em contextos históricos e relações de poder, onde o silenciamento e o efeito de sentidos estão intrinsecamente ligados ao poder e à ideologia. Nesse sentido, chega-se à conclusão de que, enquanto o silenciamento limita os possíveis significados que circulam socialmente, o efeito de sentidos molda como esses significados são percebidos, interpretados e reproduzidos pelos sujeitos. Essas estratégias discursivas revelam o poder que a linguagem tem de sustentar ou desafiar estruturas ideológicas, evidenciando a complexidade do discurso como espaço de luta e negociação de sentidos.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Silêncio. Fala. Escrita. Sala de aula.

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso materialista de linha francesa Pecheutiana (AD), tem grande importância porque vai além da mera interpretação de palavras ou frases. Ele introduz uma abordagem que considera o discurso como uma prática social, histórica e ideológica.

A importância de analisar o discurso à luz da AD envolve a relação entre linguagem e ideologia: Pêcheux (2014a) afirma que o discurso está sempre imerso em ideologias. Ou seja, as palavras que escolhemos, as estruturas gramaticais que usamos e até o que deixamos de dizer, tudo carrega ideologias subjacentes. Isso significa que, ao analisar o discurso, não estamos apenas lidando com a estrutura linguística, mas também com o contexto político, social e cultural em que ele está inserido.

Na realidade, é mais conveniente conceber a língua (objeto da linguística) a base sobre a qual processos se constroem; a base linguística caracteriza, nesta perspectiva, o funcionamento da língua em relação a si própria, enquanto realidade relativamente autônoma, e é preciso, por conseguinte, reservar a expressão processo discursivo o de produção do discurso) ao funcionamento da base /linguística em relação a representações (cf. exposto acima) postas em jogo nas relações sociais. Isto permite compreender porque formações ideológicas muito diversas podem se constituir sobre uma única base (resposta ao problema: uma só língua/várias (processo culturas) (Pêcheux, 2014a, p.128).

Nesse contexto, para Pêcheux, o sujeito não é um ser autônomo que controla plenamente o que diz. Pelo contrário, ele é atravessado por formações discursivas, que são estruturas que determinam o que pode ser dito em diferentes contextos. Ao analisar o discurso, se investiga como o sujeito é constituído pelo que ele diz e como isso reflete as formações ideológicas e sociais que o cercam.

Uma das contribuições mais significativas AD é a desconstrução da ideia de que o que dizemos tem um significado “natural” ou “evidente”.

A memória considerada como corpo/corpus de traços inscritos neste espaço, sob formas extremamente variáveis, mete, assim, à noção de memória coletiva, tal qual foi desenvolvida em particular pelos historiadores das mentalidades; os corpos coletivos (cidades, regiões, instituições, associações, nações, Estados, etc.) são os corpos de traços (Pêcheux, 2014a, p. 142).

Ele afirma que o sentido é sempre construído a partir de diferentes condições de produção e que deve ser analisado criticamente para entender as relações de poder e as tensões ideológicas subjacentes.

Portanto, esta teoria nos permite ir além da superfície da linguagem e explorar como o discurso molda e é moldado por forças sociais e ideológicas, revelando aspectos ocultos das relações de poder.

Nessa reflexão, sabe-se que em uma aula de língua portuguesa, a fala e a escrita desempenham papéis complementares e igualmente importantes no processo de ensino-aprendizagem. A distinção entre essas duas modalidades da língua é fundamental para desenvolver nos alunos tanto a competência oral quanto a competência escrita, que se tornam essenciais para sua comunicação eficaz em diferentes contextos.

A oralidade é uma das formas mais naturais de interação, especialmente no ambiente escolar. Nas aulas de língua portuguesa, trabalhar a fala permite que os alunos desenvolvam a habilidade de se expressar de forma clara e articulada, ajustando seu discurso de acordo com o público e o contexto. Além disso, práticas como debates, discussões em grupo e apresentações orais promovem a fluência verbal e a capacidade de argumentação. A análise das características da fala, como entonação, pausas, gestos e informalidade, também é essencial para que os alunos percebam as particularidades dessa modalidade, que muitas vezes difere da escrita.

A escrita, por outro lado, exige maior planejamento e organização. Ela se caracteriza por ser mais formal, estruturada e duradoura em relação à fala. Nas aulas de português, o ensino da escrita envolve não só aspectos gramaticais e ortográficos, mas também o desenvolvimento de habilidades de coesão e coerência textual, argumentação e criatividade. Trabalhar com diferentes gêneros textuais, como redações, artigos, narrativas e cartas, oferece aos alunos a oportunidade de explorar a versatilidade da escrita. A escrita também é um meio de reflexão, pois permite que o aluno organize melhor suas ideias antes de expressá-las.

Nas aulas de língua portuguesa, é fundamental que a fala e a escrita não sejam vistas como competências separadas, mas sim como complementares. Por exemplo, a prática oral pode ser uma etapa preliminar ao ato de escrever, como em debates ou discussões que precedem a produção de um texto argumentativo. Da mesma forma, o estudo da oralidade pode se beneficiar da análise de textos escritos que exemplifiquem estruturas formais e adequadas ao contexto comunicativo.

A fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia a dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização (Marcuschi, 2010, p.18).

Desse modo, o trabalho com a fala e a escrita em sala de aula oferece uma formação linguística mais completa, preparando os alunos para se expressarem de maneira adequada tanto em situações formais quanto informais, orais ou escritas. Nesse contexto, tem-se como problema de pesquisa: a escrita seria a solução do avesso do discurso? Consequentemente, o objetivo geral do estudo seria de analisar o silêncio e o avesso do discurso na fala e na escrita.

Especificamente, pretende-se investigar como os sentidos são construídos e moldados por formações discursivas, ideologias e interações entre diferentes discursos.

A própria Análise do Discurso materialista francesa apresenta uma proposta teórico-metodológica, que se fundamenta na compreensão de que o discurso é uma prática social e ideológica, imersa em contextos históricos e relações de poder. Assim, após a seleção do ‘corpus’ o percurso metodológico será: a contextualização histórica e social, onde o discurso é sempre compreendido por seu contexto histórico e social, sendo necessário considerar o momento, as condições políticas e os eventos que o influenciam. Depois, a análise das formações discursivas, onde os conjuntos de regras e ideias que definem o que pode ser dito em determinado contexto. A seguir, há um estudo do interdiscurso e intradiscurso, a análise das interações entre o discurso em análise e outros discursos (interdiscurso), além da análise interna do enunciado (intradiscurso). Após isso, é estudado o posicionamento do sujeito, marcando-se que o sujeito não é autônomo, mas; atravessado por ideologias e formações discursivas.

Nessa perspectiva, a análise busca entender de onde o sujeito fala e as relações de poder que moldam seu discurso. Não menos interessante, as contradições e silenciamentos, onde o discurso pode apresentar contradições e omissões, que revelam tensões ideológicas. Identificar esses elementos é crucial para entender como o discurso opera. Por fim, é analisada a materialidade discursiva, ou seja, o discurso tem efeitos concretos na realidade social, moldando comportamentos e percepções, e deve ser analisado em relação a seus impactos.

Essa metodologia visa desconstruir a aparente transparência do sentido no discurso, revelando as ideologias e relações de poder subjacentes.

As etapas do presente artigo são a língua na sala de aula, o poder e o funcionamento discursivo; a análise do corpus e a contextualização histórico social; o interdiscurso e o posicionamento do sujeito; o silenciamento e os efeitos de sentido.

Com relação ao *corpus* discursivo desse estudo, será tomado como base o depoimento de uma docente da Educação Básica, sobre uma questão de Sociolinguística, em que será descrito e analisado tal diálogo ocorrido com uma estudante, dos anos finais do ensino fundamental.

2 LÍNGUA PORTUGUESA E O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

A língua portuguesa na sala de aula desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, pois é por meio dela que se desenvolvem habilidades essenciais de comunicação, pensamento crítico, expressão e interpretação. O ensino de português vai além da gramática e da ortografia, abrangendo também a literatura, a produção textual, a compreensão de diferentes gêneros discursivos e a capacidade de argumentação.

Estudar a língua portuguesa ajuda os estudantes a se expressarem de maneira clara e eficaz, seja na forma oral ou escrita. Isso é essencial não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para

a vida profissional e social. A língua permite o acesso a uma vasta gama de conhecimentos e culturas e é um instrumento crucial para a cidadania ativa e consciente.

A escolarização, por sua vez, é uma prática formal e institucional de ensino que visa a uma formação integral do indivíduo, sendo que a alfabetização é apenas uma das atribuições/atividades da escola. A escola tem projetos educacionais amplos, ao passo que a alfabetização é uma habilidade restrita (Marcuschi, 2010, p. 22).

Ensinar português em sala de aula envolve desafios, como a diversidade linguística dos alunos e a falta de interesse em ler e escrever. É importante que os professores promovam práticas que tornem o aprendizado significativo, valorizando as variações linguísticas e culturais e abordando temas que despertem o interesse dos alunos.

A língua portuguesa é um pilar da educação, promovendo o desenvolvimento intelectual, cultural e social dos estudantes. Um ensino dinâmico e inclusivo ajuda a preparar cidadãos críticos, capazes de atuar e se comunicar efetivamente na sociedade.

Numa extensa análise crítica à perspectiva culturalista de engrandecimento da escrita, Gnerre (1985) detecta nos autores ligados a essas correntes de pensamento alguns problemas que podem ser resumidos basicamente em três pontos: etnocentrismo; supervalorização da escrita; tratamento globalizante (Marcuschi, 2010, p. 30).

O funcionamento discursivo na língua envolve o estudo de como os sentidos são construídos nas interações linguísticas, considerando os contextos sociais, históricos e culturais. Diferente do estudo isolado das palavras ou das estruturas gramaticais, o foco discursivo está no uso da língua para transmitir e interpretar significados, dependendo das intenções e das relações entre os interlocutores.

3 A ANÁLISE DO CORPUS E A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO SOCIAL

Nesta seção, será apresentado o corpus discursivo a ser analisado neste trabalho. Ele é parte de um relato de caso, apresentado em seminário, descrito abaixo.

RELATO DE CASO:

Em um seminário de Sociolinguística e suas interfaces, iniciado em 19/08/2024 e finalizado em 23/08/2024, ocorrido na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com o professor Dermeval da Hora, no dia 21/08/2024 uma estudante, do programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, compartilhou o seguinte diálogo ocorrido em uma escola pública do Estado de Pernambuco:

Em uma aula de Língua Portuguesa, de uma turma no Ensino Fundamental anos finais, quando fui corrigir uma estudante ao falar CHICRETE, em vez de CHICLETE, ela me respondeu: professora eu sei escrever CHICRETE, sei que tem depois do segundo ‘C’ o ‘L’. Porém, onde eu moro não falamos CHICLETE, e sim CHICRETE. Eu posso até escrever certo, mas eu falo como eu quero, lá na comunidade falamos o CHICRETE, não vou ser diferente.

4 O INTERDISCURSO E O POSICIONAMENTO DO SUJEITO

Conforme Eni Orlandi (2022), o discurso é sempre atravessado por vozes, memórias e sentidos que ultrapassam o indivíduo. A linguagem é marcada por essas “vozes” de outros discursos, e o sujeito é posicionado no discurso em função desses elementos que o antecedem e o constituem.

Não há sentido sem interpretação; a interpretação está presente em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa; e a finalidade do analista de discurso não é interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como um texto produz sentidos. E preciso lembrar que nesta filiação teórica não há sentido em si, o sentido sendo definido como "relação a" (Canguilhem, 1976 apud Orlandi, 2022, p. 23).

O interdiscurso refere-se ao conjunto de discursos já ditos que atravessa e fundamenta o que está sendo dito no presente. Ele se conecta com a “memória discursiva”, ou seja, com as formações discursivas que preexistem ao sujeito e que possibilitam ou limitam os sentidos que podem ser construídos na fala.

A professora, em sua formação, aprendeu a falar e a escreve conforme a norma escrita. Quando ela diz: “uma turma no Ensino Fundamental anos finais, quando fui corrigir uma estudante ao falar CHICRETE, em vez de CHICLETE”, o interdiscurso funciona como uma “memória” que o discurso atual ativo, revelando, ao mesmo tempo, a continuidade e a ruptura com discursos anteriores. “A memória, neste domínio de conhecimento, é social” (Indursky; Mittmann; Ferreira, 2011, p. 71).

Por meio do interdiscurso, o sujeito mobiliza e (re)interpreta sentidos que já circulam na sociedade.

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite, no exemplo, remeter o dizer da faixa a toda a uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (Orlandi, 2015, p.30).

A produção de sentido não é um processo individual, pois o sujeito não cria sentidos a partir de uma folha em branco. Em vez disso, ele se apropria de sentidos já existentes, reformulando-os, mas sempre dentro dos limites que as formações discursivas permitem.

Na fala da professora, ao tentar silenciar a aluna, “esse aspecto nos faz lembrar do mecanismo psíquico do recalque: o recalque é uma ausência que deixa marcas. Em ambos os casos, o que foi recalado e o que foi do da memória podem ressurgir inesperadamente” (Courtine, 2023, p. 82). Como ocorreu na resposta da aluna.

O sujeito do discurso não é um ser totalmente autônomo e consciente, mas está sempre inserido em determinadas formações discursivas que determinam como ele pode se posicionar. Assim, o posicionamento do sujeito é sempre uma consequência do contexto discursivo e ideológico

em que ele está inserido. “A própria língua no processo histórico-social e coloco o sujeito e o sentido como partes desse processo” (Orlandi, 2017, p.72).

Assim, o sujeito é "assujeitado" pelos discursos e pelas ideologias que circulam socialmente, ou seja, ele é constituído a partir dessas vozes, significados e saberes. Mesmo que o sujeito se posicione no discurso, ele o faz dentro das limitações impostas pela memória discursiva. Embora o sujeito seja assujeitado, ele ainda possui alguma margem para ressignificar os sentidos e construir posições de resistência. Orlandi enfatiza que a linguagem é um espaço de lutas e de tensões, onde o sujeito pode se apropriar de discursos dominantes, subvertê-los ou criar sentidos a partir deles.

O interdiscurso, portanto, determina as possibilidades de posicionamento do sujeito, pois ele organiza o campo de sentidos e as memórias que o sujeito mobiliza ao falar. O sujeito, ao mesmo tempo em que é condicionado por esse campo discursivo, também o atualiza e transforma, ainda que em pequena escala. “Todos os sentidos já produzidos aí se fazem presentes, e não apenas os sentidos que são autorizados pela Forma-Sujeito. E, se é assim, nada do que já foi dito pode dele estar ausente” (Indursky; Mittmann; Ferreira, 2011, p. 86).

No diálogo com a estudante, ela respondeu a professora: “ela me respondeu: professora eu sei escreve CHICRETE, sei que tem depois do segundo ‘C’ o ‘L’. Porém, onde eu moro não falamos CHICLETE, e sim CHICRETE. Eu posso até escrever certo, mas eu falo como eu quero, lá na comunidade falamos o CHICRETE, não vou ser diferente”. Dessa forma, o discurso é um fenômeno social, marcado pela memória e pelo interdiscurso, e que o sujeito é posicionado nessa rede de discursos pré-existentes. “A própria identidade é um movimento na história. E privilegiar os processos de significação, em que o sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Ideologia e Inconsciente, materialmente ligados” (Orlandi, 2017, p. 74-75).

Assim, os sentidos nunca são estáveis e que o sujeito, embora marcado pelo assujeitamento, possui uma agência limitada para se reposicionar e negociar significados. Dessa forma, o interdiscurso e o posicionamento do sujeito são fundamentais para entender como o discurso é, simultaneamente, um espaço de reprodução e de transformação ideológica.

5 O SILENCIAMENTO E OS EFEITOS DE SENTIDO

O discurso não é apenas o que é dito, mas também o que é deixado de lado ou ocultado. O silenciamento, assim, torna-se uma estratégia discursiva importante, pois impacta diretamente os sentidos produzidos e interpretados pelos sujeitos.

O silenciamento ocorre quando certos sentidos ou discursos são omitidos, suprimidos ou desvalorizados em uma dada situação discursiva. Isso pode se dar de diferentes maneiras, como pela não fala, pelo apagamento de vozes, ou pela exclusão de certos temas e pontos de vista.

Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo. O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Esse gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente (Orlandi, 2018, p.27).

Assim, o silenciamento como uma forma de controle ideológico, pois ele regula o que pode ou não ser dito em um determinado contexto. “Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (Orlandi, 2018, p.31).

Quando a professora fala a aluna: “uma turma no Ensino Fundamental anos finais, quando fui corrigir uma estudante ao falar CHICRETE, em vez de CHICLETE”, ao silenciar certos discursos, a sociedade ou o grupo dominante impõe certos sentidos e margina outros, fortalecendo assim o poder sobre os significados socialmente aceitos. “Há silêncios múltiplos: o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, do exercício do poder, o da derrota da vontade etc.” (Orlandi, 2018, p.42).

Nesse contexto, o silenciamento pode ser explícito (quando algo é propositalmente omitido) ou implícito (quando certos discursos não aparecem porque não têm espaço em determinada formação discursiva). Em ambos os casos, o que não é dito pode ser tão significativo quanto o que é dito, pois também orienta a interpretação dos sentidos.

Nesse percurso, o efeito de sentidos, que é a percepção do significado gerada nos interlocutores ao longo de uma interação discursiva. Este efeito não está apenas nas palavras isoladas, mas nas relações entre o que é dito e o que é silenciado, nas intencionalidades, nas interpretações do contexto e nas formações discursivas em jogo.

“Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 2018, p.73). Com isso, os sentidos não são fixos ou únicos; eles surgem do entrelaçamento entre discurso, contexto, sujeito e ideologia.

Na resposta obtida pela professora “ela me respondeu: professora eu sei escrever CHICRETE, sei que tem depois do segundo ‘C’ o ‘L’. Porém, onde eu moro não falamos CHICLETE, e sim CHICRETE. Eu posso até escrever certo, mas eu falo como eu quero, lá na comunidade falamos o CHICRETE, não vou ser diferente”, o efeito de sentidos é produzido pela combinação do que é enunciado e do que é omitido, moldado por aspectos históricos, culturais e sociais.

O efeito de sentidos é também uma questão de posicionamento subjetivo. Diferentes sujeitos podem interpretar o mesmo discurso de formas distintas, dependendo de suas experiências, posições ideológicas e relações com as formações discursivas. O discurso do sujeito é ‘um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma interioridade’ inteiramente determinada do exterior (Pêcheux, 2014a) ou seja, o sentido não está no discurso em si, mas na interação entre discurso, sujeito e contexto.

Aí está a ideologia em pleno funcionamento: no que necessariamente se silencia. Diríamos, em consequência, que a “leitura”, em análise de discurso, não pode prescindir de um lugar teórico para o funcionamento do silêncio. Esse lugar, por sua vez, implica reconhecer o estatuto do que chamamos “materialidade” (dos sentidos) na análise que propomos (seja da linguagem, seja do silêncio). Pois é pela noção de materialidade que podemos intervir na ilusão de transparência (efeito de literalidade), pensando então a língua como um sistema não de formas abstratas, mas material, ou seja, espaço de manifestação das relações de força e de sentidos que refletem os confrontos de natureza ideológica (Orlandi, 2018, p.174).

O silenciamento é um dos fatores que molda o efeito de sentidos. Ao calar ou omitir certos discursos, cria-se um campo interpretativo limitado, em que o sujeito é levado a atribuir sentidos a partir de um conjunto de informações incompleto ou tendencioso. Esse processo impacta como os sentidos são produzidos e recebidos, gerando uma visão específica da realidade que pode reforçar ou contestar certas ideologias.

Deste modo, no diálogo entre a professora e a aluna, enquanto o silenciamento limita os possíveis significados que circulam socialmente, o efeito de sentidos molda como esses significados são percebidos, interpretados e reproduzidos pelos sujeitos. Essas estratégias discursivas revelam o poder que a linguagem tem de sustentar ou desafiar estruturas ideológicas, evidenciando a complexidade do discurso como espaço de luta e negociação de sentidos.

Portanto, o silêncio e a ideologia estão profundamente interligados, apontando que o silêncio não é apenas uma ausência de fala, mas uma forma ativa de construção de sentidos. O silêncio pode operar tanto como uma ausência de discurso quanto como uma maneira de se expressar, ainda que indiretamente, influenciado por fatores ideológicos. A ideologia molda os discursos e como, por meio do silêncio, certos sentidos são marginalizados ou suprimidos, enquanto outros são destacados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silêncio é uma ferramenta estratégica da ideologia para moldar os sentidos e o conhecimento que circulam na sociedade. Ele funciona como um mecanismo que impõe limites ao que pode ou não ser dito em determinados contextos e situações sociais. Esse processo de exclusão ou ocultação dos sentidos é uma forma de manutenção do poder, pois controla o acesso às interpretações e informações.

A professora tentou silenciar a fala “errada” conforme a norma escrita, entretanto, sem sucesso. A aluna disse que iria seguir a norma da escrita nas atividades, mas a professora não iria controlar o que ela fala e como ela fala, pois, ela quer falar conforme a sua comunidade, não deseja ser diferente. “Como história e sujeito, quando se trata de linguagem, estão sempre em movimento, a resistência aparece, como dissemos, exatamente onde há censura” (Orlandi, 2018, p.129).

Portanto, o silenciamento e o efeito de sentidos estão intrinsecamente ligados ao poder e à ideologia. Enquanto o silenciamento limita os possíveis significados que circulam socialmente, o efeito de sentidos molda como esses significados são percebidos, interpretados e reproduzidos pelos



sujeitos. Essas estratégias discursivas revelam o poder que a linguagem tem de sustentar ou desafiar estruturas ideológicas, evidenciando a complexidade do discurso como espaço de luta e negociação de sentidos.

REFERÊNCIAS

- COURTINE, Jean-Jacques. *Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- INDURSKY, Freda. *A memória na cena do discurso*. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. *Glossário de termos do discurso – edição ampliada*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- OLIVEIRA, M. L. S. de. *Charge: imagem e palavra numa leitura burlesca do mundo*. In: AZEREDO, J. C. de (org.). *Letras e comunicação: uma parceria no ensino de língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 265-275.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise do discurso*. 4. ed. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014a.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. São Paulo: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. Organização de Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. São Paulo: Contexto, 2023.



RABAÇA, C.; BARBOSA, G. G. Dicionário de Comunicação. São Paulo: Ática, 1987.

SILVA, C. L. M. e. O trabalho com charges na sala de aula. Pelotas, RS: UFRGS, 2004.